



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
 Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises  
 Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: A Política Social na Crise Sanitária revelando outras Crises

**Territórios, desproteções relacionais e pandemia: Diagnóstico Socioterritorial do SUAS Vitória**

Alessandra Mendes Facundes<sup>1</sup>

Roberta Rangel Viana<sup>2</sup>

Silvana Galina<sup>3</sup>

Talita Tinini<sup>4</sup>

**Resumo:** Diante do cenário de redução das ações do SUAS à oferta de benefícios e auxílios emergenciais durante a pandemia por COVID-19, para dar visibilidade ao agravamento da desigualdade social vivenciadas pelas famílias para além das demandas por benefícios e transferência de renda, a equipe de Planejamento e Gestão do SUAS em Vitória propôs a realização do diagnóstico socioterritorial - 2021, fundamentando-se na perspectiva dos Território de Vivências (Koga, 2020) e na concepção das desproteções relacionais enquanto foco de atuação do SUAS (Torres, 2021). O resultado dessa experiência aponta para desafios que perpassam o alinhamento conceitual sobre os resultados e funções da Assistência enquanto política pública, a reflexão crítica sobre público prioritário bem como da oferta dos serviços.

**Palavras-chave:** Assistência Social. Pandemia. Diagnóstico. Desproteções relacionais.

**Territories, relational lack of protection and the pandemic: Socio-territorial Diagnosis of SUAS Vitória**

**Abstract:** Faced with the scenario of reducing SUAS actions to offer benefits and emergency aid during the COVID-19 pandemic, to give visibility to the worsening social inequality experienced by families in addition to the demands for benefits and income transfer, the Planning team and SUAS Management in Vitória proposed carrying out the socio-territorial diagnosis - 2021, based on the perspective of the Territory of Experiences (Koga, 2020) and on the conception of relational lack of protection as the focus of SUAS action (Torres, 2021). The result of this experience points to challenges that permeate the conceptual alignment on the results and functions of Assistance as a public policy, the critical reflection on the priority public as well as the provision of services.

**Keywords:** Social assistance. Pandemic. Diagnosis. Relational De protections.

<sup>1</sup> Assistente Social da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV). E-mail: info@enps.co.br.

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: info@enps.co.br.

<sup>3</sup> Assistente Social da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) E-mail: info@enps.co.br.

<sup>4</sup> Psicóloga da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) E-mail: info@enps.co.br.

## 1. MARCO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

A Experiência de Trabalho aqui expressa, se vincula ao Eixo 14 - A Política Social na Crise Sanitária revelando outras Crises, por se tratar de um eixo temático dedicado a trazer elementos que analisem a política social no contexto da pandemia do Covid-19 e a interconecte elementos da crise estrutural do capital.

Compreende-se aqui a Assistência Social enquanto política pública estruturante do Tripé da Seguridade Social, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e NOB-SUAS (2005), tendo por fim a garantia das Seguranças de Acolhida, Convívio, Sobrevivência e autonomia das famílias e indivíduos que dela precisarem.

No município de Vitória, a Política de Assistência Social tem como base de sua organização a descentralização político-administrativa que confere aos entes federativos a autonomia em fixar suas respectivas políticas e planos de ação. A Lei 8.211 de 2012 institui o Sistema Municipal de Assistência Social de Vitória – SUAS Vitória, com a finalidade de garantir o acesso aos direitos socioassistenciais previstos em Lei, tendo o Município, por meio da Secretaria de Assistência Social – SEMAS, a responsabilidade por sua implementação e coordenação.

A SEMAS cabe a atribuição de consolidar o SUAS Vitória de forma integrada e intersetorial, com a atribuição de organizar a rede de atendimento pública governamental e não governamental por meio de programas, projetos, benefícios e serviços com vistas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Entre 2021 e 2022, a Semas, passa por um intenso processo de redirecionamento das ações expressos no Plano Municipal de Assistência 2022-2025. Esse redirecionamento foi necessário, principalmente a partir do reconhecimento do impactos da desigualdade social na vida das famílias que demandam por assistência social no município de Vitória, sobre tudo, as demandas que se intensificaram pela pandemia do COVID – 19 identificadas a partir do processo de diagnóstico socioterritorial aqui relatado.

Esta experiência parte da concepção de Política de Assistência Social que se localiza no campo das contradições da política social, tendo como campo de intervenção as expressões da questão social, fruto das relações de desigualdade social produzida e reproduzidas pela sociedade capitalista de produção.

Neste aspecto não se trata da Política de Assistência combater pobreza e extrema pobreza que se resolve com transferência de renda e benefícios. Mas, sim uma política pública que lida com os impactos da desigualdade social na vida da população brasileira em especial alguns grupos que historicamente e em qualquer crise, seja ela sanitária e financeira, sofrem de forma mais profunda estes impactos. Nas palavras de Torres ( 2021):

Algumas vidas, alguns grupos sofrem muita intolerância e muita discriminação na sociedade brasileira. Em todas as situações de crise, esses grupos vão sofrer de forma mais intensa e sempre serão tratadas como inferiores em vários espaços da sociedade... (TORRES, 2021. Live “A importância das Conferências” proferida em abril de 2021 pelo Google Meet).

Pautamo-nos aqui em uma dimensão da desproteção social das famílias e indivíduos que perpassam pelas relações sociais que na maioria das vezes é ignorada e em detrimento da centralidade em demandas de caráter material, desconsiderando as vivências de desigualdades. Para determinado público é negado o direito a convivência digna e respeitosa e constantemente naturalizada as vivências de humilhação, desrespeito, preconceito, discriminação e todo tipo de violência.

Nesse aspecto, é importante lembrar que o Plano Decenal de Assistência 2016-2026, já apontava a necessidade de ações estratégicas do SUAS nessa direção evidenciando dados do Mapa da Violência (2015), tais como a predominância de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos, sendo que, destes, 77% são negros; O crescimento do número de homicídio de mulheres entre 2003 e 2013 envolvendo mulheres negras cresceram 54,2%; as denúncias de violência contra idosos foram as que mais cresceram nos últimos anos, chegando a 32 mil (21% do total) denúncias em 2015. Os filhos são os maiores agressores ( 60% aprox.) e as mulheres são as maiores vítimas (64%); 53,85% das denúncias de violações a população Lgbtqiap+ foram devido a situações de discriminação.

A nossa experiência também se respalda na concepção de que superar o foco do trabalho na oferta material do SUAS, é uma tarefa desafiante principalmente no contexto de desvalorização das políticas sociais e práticas conservadoras instituídas e validadas nos últimos tempos.

De acordo com Moreira (2019):

A política de Assistência Social, nos marcos do SUAS, tem como tarefa lidar com as multifacetadas formas de desigualdades e desproteções sociais e, sem dúvidas, o racismo é uma de suas significativas expressões. [Entretanto] não raras vezes, a política é concebida [...] única e exclusivamente enquanto provisão material, desconsiderando todas as múltiplas possibilidades de trabalhar no enfrentamento de outras desproteções relacionais, como é o caso do racismo, do machismo, LGBTfobia, xenofobia, preconceito geracional, de classe etc.”(Moreira, 2019, p.9)

Neste sentido, partimos do suposto de que compreender e dar visibilidade as desproteções que se dão no âmbito das relações estigmatizantes, autoritárias e discriminatórias vivenciadas pela população, é extremamente importante para o investimento em um processo de trabalho que fortaleçam famílias e territórios como sujeitos coletivos e extrapolem a dimensão material (auxílio e benefícios de transferência de renda).

Para tanto, tomamos como referência a concepção de desproteções relacionais do SUAS, que de acordo com o Caderno de Concepção de Convívio e Vínculos no SUAS( 2017) as se caracterizam como:

- Vivências de desproteção no campo das relações sociais;
- São produzidas e intensificadas pela forma como se dão as relações características da sociedade brasileira (dividida em classes, racista, autoritária, meritocrática, machista e homofóbica);
- Afetam principalmente determinados grupos que, historicamente, foram e são injustiçados;
- Enquanto Política está relacionada à segurança e ao direito ao convívio expressos na PNAS/2004.
- São expressas nas vivências de preconceito e discriminação, conflitos, apartação, isolamento, abandono confinamento e violência.

A partir dessa concepção, quando pessoas sofrem ameaças ou se sentem frágeis nas suas relações com a família, com o acesso aos serviços e com sociedade em geral, afirma-se que vivem uma desproteção relacional ( TORRES,2021)

Se já era um desafio a atuação a atuação nos territórios na perspectiva do fortalecimento das relações sejam familiares e/ou comunitárias, diante de um quadro de incertezas geradas pela pandemia do COVID-19, ficou ainda mais. Enquanto respostas as

demandas das famílias por proteção, a SEMAS, centra forças na garantia de sobrevivência das famílias com oferta de cesta de alimentos e auxílio emergencial. A Rede Socioassistencial se fragiliza com o fechamento dos serviços e interrupção das ações coletivas que visavam garantir o fortalecimento das relações familiares e comunitárias.

Esse movimento de redução das ações do SUAS na pandemia, seguiu uma tendência que se manifestou em diversas cidades brasileiras e desencadeou uma série de debates, orientações, notas técnicas, lives elaboradas por vários especialistas e órgãos, instituições de defesa do SUAS que apontam para a necessária qualificação das respostas da Assistência, como política pública essencial na garantia de todas as seguranças, não se restringindo às ações de sobrevivência das famílias.

Neste sentido, vários estudos e debates ocorreram durante a Pandemia, chamando a atenção para o fato de que as ações territorializadas e os processos de fortalecimento da convivência familiar durante a pandemia, não deveriam e nem devem ficar em segundo plano, uma vez que, é no cotidiano das desigualdades expressas nos territórios que as famílias vivenciaram o agravamento das desproteções pelo contágio ao COVID-19, seja pela impossibilidade de gerar renda ou pelo acirramento dos conflitos e violências familiares resultantes do isolamento social.

Dentre os fundamentos teóricos que fundamentaram as ações da equipe de Gestão do SUAS em Vitória, duas autoras foram cruciais para sustentarmos as ações e direcionármos o debate sobre os desafios do SUAS na pandemia: KOGA(2020) e TORRES(2021)

Segundo TORRES (2021):

Na pandemia as expressões da desigualdade social foram agravadas. O acesso aos espaços de Proteção foram reduzidos, aumentando a invisibilidade da violência contra crianças adolescentes, mulheres, idosos, população Lgbtqia+ dentre outros grupos que já vivenciavam essa desigualdade cotidianamente (TORRES, 2021.)

Já, Koga (2020), nos chama atenção para o fato de que ao planejarmos as ações da Assistência nos Planos de Contingência, precisamos considerar a perspectiva do “Território de Vivência” como ponto de partida. O conceito se respalda nas vivências das famílias e território, considerando o cotidiano de vida, dos lugares, envolve pessoas,

as instituições, as práticas e tanto as questões objetivas e subjetivas que fazem parte da dinâmica da vida (KOGA, 2020).

Considerando que a Gerência de Planejamento e Gestão do SUAS (GPGS) é responsável pela indução dos processos voltados ao aprimoramento, fortalecimento e efetivo funcionamento do Sistema Único de Assistência Social- SUAS Vitória, de forma a propiciar maior qualificação dos serviços socioassistenciais e do atendimento à população usuária da Política de Assistência Social.

Partindo dessa realidade, em virtude da elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, durante o ano de 2021, a GPGS, conduziu um processo de Diagnóstico Socioterritorial para o reconhecimento das principais impactos da pandemia e violações de direitos junto as famílias tendo como ponto de partida o cotidiano delas e as principais desproteções relacionais a que estiveram sujeitas.

É importante lembrar que o Diagnóstico Socioterritorial consiste em uma ferramenta de gestão do SUAS para subsidiar e fundamentar ações estratégicas na política de assistência social e demais processos de planejamento e avaliação. Assim, o processo de elaboração do Diagnóstico Socioterritorial aqui relatado não é em si uma inovação, mas, sua intencionalidade sim e metodologia sim uma vez que os dados foram levantados a partir das vivências dos munícipes e não apenas em dados sociodemográficos ou dados de atendimento.

Pautados nos fundamentos teóricos do Território de Vivências (Dirce Koga), diante do contexto da Pandemia, compreendemos que era preciso colocar em prática uma Vigilância Socioassistencial que olhasse para os dados a partir do cotidiano das relações estabelecidas nos Territórios.

Assim, considerando o contexto da pandemia e de que os dados do CADUNICO e dos atendimentos dos serviços não davam conta de expressar o impacto do agravamento das desigualdades na vida das famílias que mais demandam por Assistência no município, a Gestão da SEMAS compreendeu que para que pudessemos planejar e priorizar as ações estratégicas para os próximos 04 anos, era preciso nos apropriar do cotidiano das famílias a partir da concepção de Território de Vivências e desproteções relacionais visando:

- - Identificar a partir dos serviços, o perfil da população que teve acesso à Rede de Proteção da Assistência, as desproteções relacionais vivenciadas no cotidiano das relações estabelecidas nos Territórios;
- - Reconhecer os impactos das desigualdades vivenciadas nos 12 territórios da cidade a partir dos munícipes que frequentam os serviços e dos trabalhadores;
- - Subsidiar o processo de definição de prioridades para a Assistência Social na Conferência Municipal e no Processo de Elaboração do Plano Municipal de Assistência;
- - Mobilizar usuários para participação na Conferência Municipal;
- - Fornecer subsídios às equipes para planejamento do Trabalho Social nos territórios.

Considerando os objetivos acima, o processo seguiu as seguintes etapas durante os meses de junho a outubro de 2021:

1. Diálogo sobre proposta de instrumento de coleta de dados com os Trabalhadores;
2. Apresentação e pactuação do processo no comitê gestor SEMAS e no Conselho Municipal;
3. Formação e nivelamento sobre a intencionalidade da coleta de dados junto as equipes locais, por meio de 12 encontros virtuais;
4. Escuta e coleta de dados junto aos usuários nos serviços;
5. Devolutiva dos Resultados na Conferência Municipal de Assistência;
6. Devolutiva dos resultados junto às equipes nos 12 territórios socioassistenciais para subsídios ao planejamento 2022.

O instrumento para coleta de dados para o diagnóstico socioterritorial com foco nas desproteções relacionais, consistiu em um questionário dividido em quatro blocos de perguntas (Identificação, Violações, Rede de Proteção e Território) com perguntas fechadas que identificavam o perfil, as situações de violações de direitos vividos pelo respondente ou seu familiar, principalmente no último ano.

A fim de conhecermos a rede de proteção (relações familiares e comunitárias) questionamos com quem os respondentes puderam contar e com quem não puderam contar quando mais precisaram. Por último, realizamos perguntas abertas sobre o cotidiano do território e como era viver ali.

O processo de coleta contou com a participação de 164 trabalhadores/as de todos os serviços de Proteção Básica, Média e Alta Complexidade, culminando na escuta de 1305 representantes familiares que frequentaram os Serviços da Assistência no mês de Julho de 2021.

Os resultados tanto do diagnóstico como seus desdobramentos na oferta do SUAS em Vitória podem ser verificados a seguir.

## **2. RESULTADOS**

O perfil das famílias que compõem o diagnóstico nos remete a TORRES (2021) quando ressalta que a desigualdade no Brasil implica que em todas as situações de crise, algumas vidas, alguns grupos vão sofrer de forma mais intensa e sempre serão tratadas como inferiores em vários espaços da sociedade. Observa-se assim que as pessoas que mais demandaram pelos serviços caracteriza-se por um público composto majoritariamente por Mulheres (78,46%) Negras (80,30%) Pardas e Pretas, Heterossexuais (85,74%), Entre 30 a 59 anos (48,7%) que frequentam uma religião, sendo 32% Católicas e 27%, Protestantes em sua maioria, sem deficiência.

É importante destacar a ausência do público LGBTQIAP+, Religiões de Matriz Africanas e que apesar de 80% se declararem negras, apenas 29,90% se declararam pretas e 50,7 se autodeclararam pardas, o que aponta para a necessidade de fortalecimento da identidade de gênero e raça/cor.

Quanto as principais violações/desproteções vivenciadas pelo público que frequentaram nossos serviços no período, destacam-se as situações de Conflitos 38% e Apartação 19,51%, seguidos 10,10% situações de Isolamento, 7,72% Violência com 7,42% Abandono e 7,55% Preconceito e discriminação. Lembrando que, as situações que caracterizam o conflito perpassam: Vivências cotidianas de situações de confronto de valores e interesses resolvidos com autoritarismo e ausência de diálogo; Situações em que se sentem constrangidos ou desrespeitados e situações que geraram brigas, ofensas, bate-boca, confusão.

Já as situações de apartação se caracterizam pelo fato de serem impedidos de conviver com determinados grupos por sua forma de pensar e viver; Necessidade de se afastar de pessoas ou lugares com os quais possuíam uma relação, por questões de conflitos, violência e/ou tráfico de drogas no território.

No que se refere aos locais de desproteção, em que as pessoas sofreram ou sofrem essas desproteções, 64%, ocorrem entre Amigos/Namorado 35% e Vizinhos 24,2%. Para saber sobre o acesso a Rede de Proteção no período da pandemia, questionamos as famílias, com quem elas puderam e com quem elas não puderam contar, sobretudo, no último ano, na tentativa de enfatizar o contexto da pandemia.

Considerando a possibilidade de fornecer múltiplas respostas as marcações apontam para a predominância do suporte no âmbito Familiar e Comunitário ( 1745) dentre os quais (801) Amigos/namorado (501) Entidade religiosa (245) Vizinhos (150) Trabalho (48) respectivamente em detrimento ao suporte recebido pela Rede de Serviços Públicos (1447 marcações) dentre eles, Assistência (1061), Saúde (243), Educação (143). Neste sentido, observa-se aí uma lacunas/ausência no acesso aos serviços públicos durante a pandemia.

Observamos assim que as vivências de desproteções por conflito e apartação social ocorreram principalmente nas famílias e nas suas relações comunitárias. Neste ponto, há que se considerar que em virtude da necessidade de isolamento social, as situações de desproteções já existentes nestes espaços foram acirradas ao mesmo tempo em que o acesso aos espaços de Proteção foi reduzido, aumentando a invisibilidade a que estavam sujeitos nos territórios seja pela violência no âmbito familiar bem como pelas violências geradas pelos conflitos com o tráfico de drogas e a própria polícia como pode ser observado nas respostas às perguntas sobre o olhar das famílias sobre o território.

Para compreender as Vivências presentes nos Territórios, questionamos às famílias, sobre como é viver naquele Território, o que percebem como bom, ruim e o que precisa ser melhorado. Sobre como é viver naquele Território, as principais respostas remetem a situações de privação, isolamento, insegurança e medo.

Quanto à percepção do que é ruim, destacam-se: a ausência de políticas públicas de cultura, esporte e lazer, segurança pública, ausência de valorização da economia local e relações de desrespeito, discriminação e preconceito a que estão sujeitos.

Em contraponto, sobre o que é bom, destacam-se o acesso as políticas públicas, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda, sentimento de pertença, mobilidade e boas relações comunitárias.

Sobre o que precisa ser melhorado: a Segurança Pública; Acesso a atividades e áreas de cultura e lazer (praças, praia, piscina); Relações não-violentas; Combate ao tráfico de drogas; Respeito da abordagem policial; Investimento no comércio local; Acessibilidade no morro (favela); Liberdade religiosa; Liberdade de ir e vir; Investimento em política para juventude; Fortalecimento das relações comunitárias e de solidariedade.

De forma geral, os resultados do Diagnóstico socioterritorial indicaram o agravamento de conflitos, autoritarismo das forças policiais e do tráfico de drogas, acirramento da apartação, discriminação e preconceito que junto às famílias atendidas pelos nossos serviços em especial às mulheres negras.

Por outro lado, o diagnóstico evidenciou a existência de laços de solidariedade entre famílias, amigos, namorados, vizinhos e outros atores, para além da rede de serviços públicos.

Os resultados indicam ainda, de forma bem objetiva a necessária articulação intersetorial principalmente nas questões afetas a Segurança Pública e suas formas de intervenção.

Mas, no âmbito da Política de Assistência também é preciso reconhecer que a partir do Diagnóstico em questão, desvendamos desproteções que exigem maior investimento nas ações de fortalecimento das famílias, família está que se caracteriza possui gênero, raça e cor. Famílias e indivíduos que vivem cotidianamente relações de autoritarismo, constrangimento, desrespeito e ausência de dialogo, enraizadas no racismo e machismo tão presentes na desigualdade social brasileira. Podendo acarretar em desproteções mais complexas como abandono e até mesmo violência física.

Conforme PNAS (2004), partindo do suposto de que todo cidadão e cidadã possui o direito a viver e conviver em sociedade com dignidade e respeito, para o SUAS, a efetivação desse direito perpassa a atenção e prevenção das famílias e pessoas a situações de isolamento social, enfraquecimento ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, situações discriminatórias e estigmatizantes.

Para o enfrentamento dessas situações, a oferta dos serviços deve perpassar pelo fortalecimento dos sujeitos e famílias, enquanto cidadãos de direitos buscando impacto na estima social das famílias e das pessoas, na capacidade de dialogar e respeitar, nos laços de solidariedade, nos sentimentos de pertença e coletividade (MDS, 2017).

Acreditamos assim, que o Diagnóstico socioterritorial cumpriu seu papel ao dar visibilidade as desproteções no campo relacional e da população que mais sofre os impactos da desigualdade no Brasil: Mulher, Negra e periférica. A população LGBTQIA+ também ganha destaque enquanto público que menos acessa os nossos serviços. Além disso, aponta para a necessidade de resgatar e fortalecer a concepção de segurança de convivência e vínculos no SUAS na direção de propiciar espaços e de discussão para fortalecimento das identidades de raça, gênero e classe, de pertencimento e estima social, bem como oportunizem a vivência de participação enquanto sujeitos coletivos, para apropriação de direitos e encaminhamentos comuns, para organização e fortalecimento das lutas e movimentos de resistência.

É importante destacar que um passo importante propiciado pelo Diagnóstico Socioterritorial, foi a consolidação do reordenamento das ações com foco na desproteções e público prioritário que sofre violações em Vitória, foi a realização do Planejamento Estratégico 2023, de forma a dar vida, concretude e alinhamento de um novo olhar para o SUAS Vitória envolvendo gestores e coordenadores locais da SEMAS. O ponto alto do planejamento foi demonstrar aos participantes que o SUAS o necessário fortalecimento da população negra e Lgbtqia+.

Contudo, ainda que as mudanças necessárias tenham sido pactuadas e todo o corpo gestor implicado, o desafio maior será o fortalecimento de processos de formação continuada junto a trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários da Assistência para que de fato se consolide a materialize um SUAS pautado na garantia das seguranças de convívio e na defesa de práticas antirracistas, antimachistas, antilgbtqia+, antiviolença e discriminação contra crianças, adolescentes, jovens negros, idosos e pcd's.

O fortalecimento da educação permanente reflexiva e crítica nessa direção, se impõe como tarefa fundamental para que todo esse redirecionamento não se perca ao longo de processos transitórios de governo.

## REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos** – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social –PNAS** - Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social,2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**, Brasília, DF:MDS – Secretaria Nacional de assistência Social, 2017.

\_\_\_\_\_. MOREIRA, Tales Willyan Fornazian. **Serviço Social no Controle no combate ao racismo: reflexões a partir da experiência profissional no âmbito de um CRAS no interior paulista**. In: 16ºCBAS, Brasília,2019. Disponível em :<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1383>.

GPGS. **Relatório do Diagnóstico Socioterritorial**. Vitória: 2021.

\_\_\_\_\_. Projeto Território de Vivências. Vitória:2022.

KORGA, Dirce. **Live: Territórios de Vivências como lugar de partida para a elaboração para o plano municipal de contingência da Assistência Social**. Youtube.com/redefecam; Org.Federação Catarinense de Municípios-FECAM, 2020.

TORRES, Abigail. **Live: A Importância das Conferências para o fortalecimento do SUAS e o reconhecimento das desproteções no contexto da Pandemia**. Plataforma Google Meet. Org. Gerência de Planejamento e Gestão do SUAS, 202.

\_\_\_\_\_. **Segurança de Convivência no SUAS: Proteção em Situação de Direitos Humanos**. In: Direitos Humanos em Tempos de Barbárie. Questionar o Presente para garantir o futuro. Renato Francisco Gomes de Paula ( Org.), São Paulo: Cortez.